



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 002-2/2017-FME

PROCESSO: 033-2/2017-FME

DATA DA REALIZAÇÃO – 20.06.2017 HORÁRIO – 09 h

LOCAL: Na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Simpliciano Farias, S/Nº Sala 1 - Centro – CEP: 68330-000 – Porto de Moz/PA

CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947, DE 16/07/2009 E RESOLUÇÃO FNDE Nº 26, DE 13/06/2013 E RESOLUÇÃO n 04 DE 02 DE ABRIL DE 2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO DE MOZ - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ: 06.077.071/0001-79, situada Avenida 19 de Novembro, s/n, Bairro Centro, Porto de Moz - PA, representado neste ato pelo Prefeito Municipal O Sr. Rosibergue Torres Campos e através da Secretaria Municipal de Educação localizada na Avenida 19 de Novembro, S/nº, Bairro Centro, Porto de Moz-PA e atendendo os dispostos na Lei nº. 11.947/2009 e na Resolução/FNDE/CD nº. 026/2013 e Resolução n 04/2015 vem realizar esta chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

1. OBJETO

O objeto da presente chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e empreendedor familiar rural ou suas organizações destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no fornecimento de alimentação nas instituições educacionais na rede pública de ensino.

As propostas deverão ser entregues na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Simpliciano Farias, S/Nº Sala 1 - Centro– Porto de Moz/PA, em local e horário fixados acima, em envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de nº 01 e nº 02, para o que se sugere a seguinte inscrição:

Ao Município de Porto de Moz

Chamamento nº.....

Envelope nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO

NOME COMPLETO

Ao Município de Porto de Moz

Chamamento nº

Envelope nº 02 - PROPOSTA

NOME COMPLETO

2. FONTE DE RECURSOS

12.306.0251.2.021-Manutenção do Departamento de Merenda Escolar - PNAE

33.90.30.00-Material de Consumo.

3. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

3.1 Grupos Informais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais deverão entregar à sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Simpliciano Farias, S/Nº Sala 1 - Centro – CEP: 68330-000 – Porto de Moz/PA, os documentos relacionados abaixo as 08hs do dia 20 de Junho de 2017.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



- I. Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II. Cópia da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- III. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo 01) assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- IV. Para produtos de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Municipal;
- V. A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no Projeto de Venda.

3.2 Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar à sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Simpliciano Farias, S/Nº Sala 1 - Centro – CEP: 68330-000 – Porto de Moz/PA, os documentos relacionados abaixo as 08hs do dia 20 de junho de 2017.

1. Cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
2. Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
3. Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
4. Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
5. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo 01);
6. Para produtos de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Municipal;
7. Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, cumprimento do art. 9º da lei nº 8666/93, idoneidade da empresa, e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação (anexo III);
8. Declaração (**emprego de menores**) que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02 (Anexo IV);
9. A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no Projeto de Venda.

3.3. DO RECEBIMENTO DAS AMOSTRAS

Considerando aceitável a oferta de produtos pelos fornecedores selecionados, os mesmos deverão apresentar duas amostras recém-fabricadas e em embalagem comercial do gênero



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



licitado no dia 20.06.2017 as 08hs para avaliação técnica do Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação.

A não apresentação das amostras dos fornecedores, na data fixada e ou a apresentação da amostra em desacordo com as especificações do edital acarretará na desclassificação do item.

As amostras a serem apresentadas deverão ser em embalagens originais e idênticas aos produtos a serem fornecidos, devidamente etiquetados com a identificação do fornecedor.

As amostras dos produtos a serem entregues deverão estar de acordo com a legislação de alimentos, estabelecidas pela agencia nacional de vigilância sanitária – Ministério de Saúde e pelo Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento.

Após a análise da amostra solicitada e tendo esta atendido as especificações técnicas mínimas exigidas em edital, será em seguida realizada a assinatura do contrato.

Caso a amostra seja reprovada deverá ser chamado o fornecedor remanescente pelos critérios e assim sucessivamente.

3.4 - CRITERIOS PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR

3.4.1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do Estado, e grupo de propostas do País.

3.4.2. Entre o grupo de projetos será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção;

- O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos
- O grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do Estado e do País.
- O grupo de projetos do Estado terá prioridade sobre o do País.

3.4.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção;

- Os assentamentos de reforma agraria, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, não havendo prioridade entre elas.
- Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos segundo lei n 10.831, de 23 de dezembro de 2003.
- Caso a Prefeitura não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos acima.
- Considera-se fornecedor local, aquele cuja sede da empresa esteja sediada no Município de Porto de Moz, bem como seus cooperados.

3.5 - PERÍODO DE FORNECIMENTO

3.5.1. Os produtos deverão ser entregues a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2017.

3.5.2. Os produtos deverão ser entregues no depósito municipal de alimentação escolar, situado a Travessa Lauro Sodré S/N, Bairro Cabanagem, Porto de Moz-PA e deverão obedecer os quantitativos e cronograma de entrega elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



3.5.3. Todos os produtos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

3.6 – CONTRATAÇÃO

3.6.1. Uma vez declarado vencedor, o Proponente Vendedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios, de acordo com o modelo apresentado no Anexo II, num prazo máximo de 3 (três) dias.

3.6.2. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor rural deve respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)/ano.

3.7 - DO PAGAMENTO

3.7.1. O Pagamento será realizado até 05 dias após o atesto do documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

3.7.2. O preço de compra será o determinado no Anexo III - Termo de Referência deste edital.

3.7.3. O preço da aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, priorizando a Feira do Produtor da Agricultura Familiar, quando houver, acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas como frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

3.7.4. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano civil.

3.8 – RESULTADO

3.8.1. A Secretaria Municipal de Educação de Porto de Moz - Fundo Municipal de Educação divulgará o resultado do processo em até 48 horas após a conclusão dos trabalhos desta chamada pública na imprensa oficial.

3.9 - RESPONSABILIDADE COM FORNECEDORES

3.9.1. Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias à execução do seu objeto, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8666/1993.

3.9.2. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros conforme o disposto no projeto de venda, Anexo I do presente edital, o padrão de identidade e de qualidade estabelecidos na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Coordenadoria de Alimentação Escolar (Resolução RDC nº 259/01 - ANVISA).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



3.9.3. O fornecedor se compromete a fornecer os produtos nos preços estabelecidos nesta chamada pública durante a vigência do contrato.

3.9.4. O fornecedor se compromete a fornecer os produtos no depósito de alimentação escolar deste Município, conforme cronograma de entrega a ser informado pela Secretaria Municipal de Educação.

3.9.5. Será de responsabilidade exclusiva do fornecedor o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou do atraso no fornecimento.

3.10 – PENALIDADES

3.10.1. Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução parcial do contrato.

3.10.2. Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano.

3.11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.11.1. As despesas decorrentes correrão por conta dos recursos constantes no orçamento de 2017 na atividade:

Manutenção do Programa de Alimentação Escolar e - Material de Consumo do orçamento vigente deste Município de Porto de Moz/Pará.

3.12 - DISPOSIÇÕES FINAIS

3.12.1. A participação de qualquer proponente no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como os seus anexos.

3.13 – FORO

3.13.1. A presente Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro do Município de Porto de Moz/PA para conhecer e julgar quaisquer questões dele decorrentes.

3.13.2. Faz parte integrante do presente expediente:

Anexo I - Projeto de Venda

Anexo II - Minuta do Contrato

Anexo III - Termo de Referência

4. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:

4.1. Especificação dos Gêneros Alimentícios

ITEM	PRODUTO	EMBALAGEM	UND	QTD	V. UNIT. MÉDIO	V. TOTAL
01	Abacaxi in natura,	Acondicionados em	KG	1.000	R\$ 3,00	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



	novo, íntegro, isento de lesões, tamanho médio.	grades plásticas				
02	Abóbora in natura; nova íntegra, isenta de lesões es, tamanho médio e de primeira qualidade.	Embalagem primária; caixa plástica com até 20 kg. Embalagem secundária com até 2kg	KG	1.000	R\$ 3,80	
03	Açaí médio natural	Embalagem plástica transparente, atóxica, resistente e mantido sob refrigeração	KG	10.000	R\$ 8,00	
04	Banana in natura; tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvidas com polpa intacta e livre de lesões	Acondicionadas em grades plásticas	KG	4.000	R\$ 5,00	
05	Cariru in natura; fresco; de boa qualidade; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida; firme e intacto; isento de enfermidades, material terroso. Livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Acondicionadas em maços de 200g	KG	200	R\$ 3,90	
06	Cheiro verde; fresco; de boa qualidade; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida; firme e intacto; isento de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal; livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e	Acondicionadas em maços de 200g	KG	300	R\$ 15,00	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



	larvas; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, .					
07	Couve manteiga; fresco; de boa qualidade; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida; firme e intacto; isento de enfermidades, material terroso; livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Acondicionadas em maço de 200g	KG	300	R\$ 10,00	
08	Farinha de mandioca; produto obtido da mandioca, livre de resíduos sólidos e sujidades. Torrada e seca, granulada, não podendo estar úmida, fermentada e rançosa.	Embalagem primária plástico transparente até 20 kg. Embalagem secundária plástica transparente com 1kg	KG	2.000	R\$ 6,00	
09	Farinha de tapioca sem coco, torrada e seca, de primeira qualidade, isenta de substâncias terrosas e parasitas. Não poderá estar úmida, fermentada e rançosa.	Embalagem primária: plástica transparente com até 20 kg. Embalagem secundária: plástica transparente com até 1 kg	KG	2.000	R\$ 7,50	
10	Laranja; tamanho e coloração uniformes; com polpa firme e intacta; devendo ser bem desenvolvida; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Acondicionadas em saco telado até 30 kg	KG	6.000	R\$ 4,55	
11	Leite bovino in natura	Embalagem apropriada de até 2 litros	LITROS	5.000	R\$ 3,00	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



12	Limão; de boa qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme e intacto, isento de enfermidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte	Embalagem plástica até 20 kg	KG	1.000	R\$ 2,60	
13	Macaxeira; de bom tamanho e coloração uniformes; isenta de enfermidades e material terroso e umidade externa normal; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Embalagem primária saco de estopa com até 50 kg	KG	3.000	R\$ 2,05	
14	Polpa de acerola; natural, congelada, de primeira qualidade.	Embalagens plásticas transparentes de polietileno de 1 kg, acondicionadas em caixas de papelão de até 20 kg ou sacos com até 40 kg	KG	2.500	R\$ 10,00	
15	Polpa de cupuaçu; natural, congelada, de primeira qualidade.	Embalagens plásticas transparentes de polietileno de 1 kg, acondicionadas em caixas de papelão de até 20 kg ou sacos com até 40 kg	KG	2.500	R\$ 10,00	
16	Polpa de goiaba; natural, congelada, de primeira qualidade.	Embalagens plásticas transparentes de polietileno de 1 kg, acondicionadas em caixas de papelão de até 20 kg ou sacos com até 40 kg	KG	2.500	R\$ 10,00	
17	Polpa de maracujá; natural, congelada, de	Embalagens plásticas	KG	2.500	R\$ 10,00	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



	primeira qualidade.	transparentes de polietileno de 1 kg, acondicionadas em caixas de papelão de até 20 kg ou sacos com até 40 kg				
18	Tangerina; tamanho e coloração uniformes; com polpa firme e intacta; devendo ser bem desenvolvida; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Acondicionadas em saco telado até 30 kg	KG	1.000	R\$ 4,00	
TOTAL						

5. FATOS SUPERVENIENTES

5.1. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação desta chamada, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Prefeitura Municipal de Porto de Moz, poderá haver:

- a) Adiamento do processo;
- b) Revogação deste Edital ou sua modificação no todo ou em parte.

6. IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

Observado o disposto no item, após a divulgação do resultado da habilitação para esta Chamada Pública a Secretaria Municipal de Educação considera-se, para todos os fins, que o processo de habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural estará concretizada.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

A participação de qualquer proponente no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos termos desta chamada incluso os seus anexos.

11. FORO

A presente Chamada Pública é regulada pela Lei nº. 11.947/2009 e pela Resolução/FNDE/CD nº. 026/2013 e Resolução n 04 de 02 de Abril de 2015.

Porto de Moz-PA, 29 de maio de 2017.

Jairo Vieira Duarte Souto
Presidente da CPL – Portaria nº. 005/2017

ANEXO I



Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar
Programa Nacional de Alimentação Escolar

MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº 002/2017				
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES				
A - Grupo Formal				
1. Nome do Proponente:			2. CNPJ:	
3. Endereço:		4. Município:		5. CEP:
6. Nome do representante legal			7. CPF:	8. DDD/Fone:
10. Banco:		10. Nº da Agência:	11. Nº da Conta Corrente:	
B – Grupo Informal				
1. Nome do Proponente:				
3. Endereço:		4. Município:		5. CEP:
6. Nome da Entidade Articuladora:			7. CPF:	8. DDD/Fone:
C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)				
1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Nº da Agência	5. Nº da Conta Corrente
II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC				
1. Nome da Entidade: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		2. CNPJ: 06.077.071/0001-79		3. Município: PORTO DE MOZ
4. Endereço: RUA 19 DE NOVEMBRO S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68330.000			5. DDD/Fone:	
6. Nome do representante: MANOEL RODRIGO PEREIRA DE SOUZA			7. CPF	E-mail:

ANEXO I

III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS						
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total	
						Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6. Valor Total	
						Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6. Valor Total	
						Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6. Valor Total	
						Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6. Valor Total	
						Total agricultor
Total do projeto						



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ANEXO II

Modelo de Contrato de Compra e Venda

CONTRATO N.º/2017

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO DE MOZ - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ: 06.077.071/0001-79, situada Avenida 19 de Novembro, s/n, Bairro Centro, Porto de Moz - PA, através da Secretaria Municipal de Educação, representada neste ato pelo Secretário Municipal, o Sr. Manoel Rodrigo Pereira de Sousa doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal), com sede à Av. _____, n.º _____, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º _____, (para grupo formal), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n.º 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n.º 002-2/2017-FME, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas Escolas Públicas do município de Porto de Moz - Pará, verba FNDE/PNAE, 1º e 2º semestre de 2017, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 002-2/2017-FME, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ xxxxxxxx (xxxxxxx) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até _____, _____ de 2017.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



- a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002-2/2017-FME.
- b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	6. Quantidade/Unidade	7. Preço Proposto	8. Valor Total

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
2017 -.....

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacias dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderão:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001/2017, pela Resolução CD/FNDE n.º 026/2013 e Resolução n 04 de 02 de Abril de 2015 e pela Lei n.º 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Termo Judiciário de Inhangapi - Pará, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Porto de Moz - Pará, ____ de ____ de 2017.

Secretário Municipal de Educação
CONTRATANTE

CONTRATADA

(agricultores no caso de grupo informal)

TESTEMUNHAS:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



1. _____

2. _____



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, nas condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste termo de referência, para atender demanda dos alunos matriculados na rede pública municipal e estadual do município de Porto de Moz - PA e vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nas modalidades de ensino fundamental, médio, pré-escola, creche, mais educação, educação de jovens e adultos, e atendimento educacional especializado.

2. DA JUSTIFICATIVA

Para suprir a necessidade de contratação de agricultores familiares, empreendedores familiares rurais ou suas organizações para o fornecimento, regular e em conformidade com todos os padrões previstos na legislação vigente e no presente instrumento, de gêneros alimentícios que atendam às necessidades nutricionais e de alimentação dos alunos matriculados na educação básica da rede pública do município de Porto de Moz - PA. A aquisição será realizada mediante prévia Chamada Pública, conforme dispõe o § 1º do art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e n 04/2015.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS, PREÇOS E QUANTIDADES ESTIMADAS

3.1. As estimativas da quantidade a ser contratada, especificações dos produtos e preços de aquisição são apresentados no quadro abaixo:

ITEM	PRODUTO	EMBALAGEM	UND	QTD	V. UNIT. MÉDIO	V. TOTAL
01	Abacaxi in natura, novo, íntegro, isento de lesões, tamanho médio.	Acondicionados em grades plásticas	KG	1.000	R\$ 2,67	
02	Abóbora in natura; nova integra, isenta de lesões es, tamanho médio e de primeira qualidade.	Embalagem primária; caixa plástica com até 20 kg. Embalagem secundária com até 2kg	KG	1.000	R\$ 2,15	
03	Açaí médio natural	Embalagem plástica transparente, atóxica, resistente e mantido sob refrigeração	KG	10.000	R\$ 10,00	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



04	Banana in natura; tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvidas com polpa intacta e livre de lesões	Acondicionadas em grades plásticas	KG	4.000	R\$ 3,80	
05	Cariru in natura; fresco; de boa qualidade; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida; firme e intacto; isento de enfermidades, material terroso. Livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Acondicionadas em maços de 200g	KG	200	R\$ 4,10	
06	Cheiro verde; fresco; de boa qualidade; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida; firme e intacto; isento de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal; livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos e mecânicos oriundos do	Acondicionadas em maços de 200g	KG	300	R\$ 16,00	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



	manuseio e transporte, .					
07	Couve manteiga; fresco; de boa qualidade; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida; firme e intacto; isento de enfermidades, material terroso; livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Acondicionadas em maço de 200g	KG	300	R\$ 10,00	
08	Farinha de mandioca; produto obtido da mandioca, livre de resíduos sólidos e sujidades. Torrada e seca, granulada, não podendo estar úmida, fermentada e rançosa.	Embalagem primária plástico transparente até 20 kg. Embalagem secundária plástica transparente com 1kg	KG	2.000	R\$ 7,05	
09	Farinha de tapioca sem coco, torrada e seca, de primeira qualidade, isenta de substâncias terrosas e parasitas. Não poderá estar úmida, fermentada e rançosa.	Embalagem primária: plástica transparente com até 20 kg. Embalagem secundária: plástica transparente com até 1 kg	KG	2.000	R\$ 10,81	
10	Laranja; tamanho	Acondicionadas	KG	6.000	R\$ 2,05	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



	e coloração uniformes; com polpa firme e intacta; devendo ser bem desenvolvida; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	em saco telado até 30 kg				
11	Leite bovino in natura	Embalagem apropriada de até 2 litros	LITROS	5.000	R\$ 3,00	
12	Limão; de boa qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme e intacto, isento de enfermidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte	Embalagem plástica até 20 kg	KG	1.000	R\$ 2,60	
13	Macaxeira; de bom tamanho e coloração uniformes; isenta de enfermidades e material terroso e umidade externa normal; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Embalagem primária saco de estopa com até 50 kg	KG	3.000	R\$ 2,05	
14	Polpa de acerola; natural, congelada, de primeira qualidade.	Embalagens plásticas transparentes de polietileno de 1 kg, acondicionadas	KG	2.500	R\$ 10,00	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



		em caixas de papelão de até 20 kg ou sacos com até 40 kg				
15	Polpa de cupuaçu; natural, congelada, de primeira qualidade.	Embalagens plásticas transparentes de polietileno de 1 kg, acondicionadas em caixas de papelão de até 20 kg ou sacos com até 40 kg	KG	2.500	R\$ 10,00	
16	Polpa de goiaba; natural, congelada, de primeira qualidade.	Embalagens plásticas transparentes de polietileno de 1 kg, acondicionadas em caixas de papelão de até 20 kg ou sacos com até 40 kg	KG	2.500	R\$ 10,00	
17	Polpa de maracujá; natural, congelada, de primeira qualidade.	Embalagens plásticas transparentes de polietileno de 1 kg, acondicionadas em caixas de papelão de até 20 kg ou sacos com até 40 kg	KG	2.500	R\$ 10,00	
18	Tangerina; tamanho e coloração uniformes; com polpa firme e intacta; devendo ser bem desenvolvida; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Acondicionadas em saco telado até 30 kg	KG	1.000	R\$ 4,00	
TOTAL						



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



3.2. Os preços fixados para aquisição refletem os praticados no mercado local e foram previamente definidos por ampla pesquisa realizada pela Entidade Executora em três mercados em âmbito local, inclusive a feira do produtor rural, conforme determinado no Art. 29 da Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015.

3.3. Os preços fixados para aquisição foram calculados pela média dos preços obtidos nos três mercados e consideram, também, os insumos exigidos para o fornecimento dos produtos do presente edital, tais como despesas com frete, embalagens e encargos.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos itens do objeto do presente instrumento é de, no máximo, 5 (cinco) dias, contados da data de recebimento do pedido ou da nota de empenho, diretamente no depósito municipal de alimentação escolar de Porto de Moz, conforme cronograma de entregas a ser apresentado no referido pedido;

4.2. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues devidamente acondicionados, conforme descrição contida em cada item licitado;

4.3. A entrega dos produtos objeto desta Chamada Pública no depósito municipal de alimentação escolar será, obrigatoriamente, acompanhada e fiscalizada por um servidor da Secretaria Municipal de Educação, designado pela Coordenadoria de alimentação escolar, o qual, no momento da entrega/recebimento, deverá proceder à verificação e conferência da mercadoria entregue, bem como, deverá ser realizado o procedimento de pesagem para os produtos em que houver necessidade;

4.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no projeto de venda, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.5. O transporte dos gêneros alimentícios deve ser realizado conforme as legislações vigentes e pertinentes e de acordo com a Portaria do Centro de Vigilância Sanitária CVS-15, de 7 de novembro de 1991;

4.6. Os produtos alimentícios processados, adquiridos através desta chamada pública devem atender ao disposto na legislação sanitária vigente, estabelecidas pelos serviços de sanidade, tais como ANVISA/Ministério da Saúde ou Anvisas locais ou estaduais e os Sistemas de Inspeção (SIF, SIE ou SIM);

4.7. A não entrega do material no prazo especificado sujeita a Contratada às sanções previstas neste Edital;

4.8. A Adjudicatária obrigar-se-á a entregar o(s) objeto(s) estritamente de acordo com as especificações constantes de sua proposta, observadas as características exigidas neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela substituição total ou de partes, na hipótese de se constatar desacordo com as citadas especificações;

4.9. Se a contratada não cumprir as exigências constantes do contrato, da nota de empenho e/ou consignadas na sua proposta, ressalvados os casos fortuitos ou de força maiores,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



devidamente justificados e comprovados a juízo da Administração da Prefeitura Municipal de Porto de Moz, fica sujeito às penalidades referidas no contrato;

4.10. A contratada deverá apresentar comprovação de que é adimplente com a Prefeitura Municipal de Porto de Moz para o fornecimento do objeto desta licitação, através de declaração fornecida pelas Secretarias competentes;

4.11. A licitante, provisoriamente colocada em primeiro lugar na presente Chamada Pública, deverá apresentar 2 (duas) amostras de cada produto a ser adquirido, para que sejam previamente submetidos ao controle de qualidade e análise da composição da embalagem, bem como verificar se atendem às especificações da Chamada Pública e se possuem certificação sanitária (quando houver necessidade). Tais amostras deverão ser entregues à Daiane Regina Martins Gonçalves.

4.12. Os produtos adquiridos através desta Chamada Pública devem, obrigatoriamente, ser produzidos pelos agricultores participantes (individuais, grupos informais ou grupos formais). Os participantes deverão preencher uma declaração de que os produtos a serem entregues, relacionados à sua DAP física ou jurídica, são de produção própria;

4.13. A produção própria supramencionada poderá ser verificada por equipe designada pela Secretaria Municipal de Educação de Porto de Moz, a qualquer tempo, a partir da habilitação para participar da presente chamada pública até o encerramento do contrato que, eventualmente, tenha sido firmado.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Instrumento Contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



e perfeita execução do objeto e efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à procedência ou validade;

6.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (horas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.4. Manter, durante toda a vigência do contrato o Preço em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme Sanções Administrativas constante no item no presente Edital.

8. DO PAGAMENTO

Conforme condições de pagamento estabelecidas no presente Edital.

9. DA ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO

9.1 A despesa com a aquisição do presente objeto está estimada em R\$ (.....).

9.1.1 O valor mencionado acima é meramente estimativo e dependerá do quantitativo a ser utilizado de fato.

10. DO ATESTO

O atesto das Notas Fiscais/Faturas correspondentes ao fornecimento do objeto desta licitação caberá ao coordenador de alimentação escolar, responsável pelo depósito municipal de alimentação escolar.

Porto de Moz - Pará, 29 de maio de 2017.

CLÁUDIA ALBUQUERQUE
CRN 795